



Adilson Tadeu Basquerote
(Organizador)

GEOGRAFIA:

Espaço, ambiente e sociedade

**Atena**
Editora
Ano 2021



Adilson Tadeu Basquerote
(Organizador)

GEOGRAFIA:

Espaço, ambiente e sociedade

 **Atena**
Editora
Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília



Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Geografia: espaço, ambiente e sociedade

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Bruno Oliveira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Adilson Tadeu Basquerote

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G345 Geografia: espaço, ambiente e sociedade / Organizador Adilson Tadeu Basquerote. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-784-7

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.847211412>

1. Geografia. I. Basquerote, Adilson Tadeu (Organizador). II. Título.

CDD 910

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2021

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A obra: “**Geografia: Espaço, ambiente e sociedade 1**”, reúne essencialmente estudos que centram-se na temática da Geografia como ciência, em diferentes contextos e perspectivas. Por meio de pesquisas transdisciplinares, revela-se a constituição do espaço geográfico como sendo o palco das realizações humanas, passíveis de serem analisadas, catalogadas e classificadas pelas inúmeras especialidades da ciência geográfica.

Entre os temas abordados destacam-se processos de ensino e aprendizagem, trabalho informal, crescimento econômico x crescimento social, mobilidade, violência e ocupação urbana, conflitos agrários e criminalidade, patrimônio arqueológico e alimentar, fronteiras raciais, turismo, entre outros. Fruto de esforços de pesquisadores de diferentes regiões e instituições brasileiras, venezuelanas e mexicanas, o livro é composto por quinze capítulos, resultantes de pesquisas empíricas e teóricas, que entrecruzam distintos conceitos da Geografia e de outras áreas do conhecimento.

Nesse interim, o livro reflete o cenário de estudos recentes, contextualizados, e com aprofundamento científico para a área que se propõe. Além disso, seus capítulos se configuram com um contributo no entendimento da construção do espaço geográfico, suas nuances e contradições. Além disso, reforça a prerrogativa da Editora Atena, na publicação de obras que vão ao encontro da dinamização científica nas diferentes áreas do conhecimento.

Que a leitura seja convidativa!

Adilson Tadeu Basquerote

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A GEOGRAFIA POÉTICA INDÍGENA DO LUGAR AMAZÔNICO	
Francisco Marqueline Santana	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8472114121	
CAPÍTULO 2	14
A MAIOR IMPORTÂNCIA DE SE ENSINAR-APRENDER GEOGRAFIA NA ESCOLA SEGUNDO PROFESSORES E ESTUDANTES DE GEOGRAFIA	
Sérgio Luiz Miranda	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8472114122	
CAPÍTULO 3	28
A INFORMALIDADE NAS RUAS DE FEIRA DE SANTANA – BA	
Alessandra Oliveira Teles	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8472114123	
CAPÍTULO 4	39
CAMPINAS, A CIDADE MAIS SURPREENDENTE DO BRASIL: ENTRE OS ÍNDICES METROPOLITANOS E AS LEIS MUNICIPAIS	
Rafaela Fabiana Ribeiro Delcol	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8472114124	
CAPÍTULO 5	53
DUQUE DE CAXIAS (RJ) SITUAÇÃO PARADOXAL: CRESCIMENTO ECONÔMICO X DESENVOLVIMENTO SOCIAL BAIXO	
Fernando Ribeiro Camaz	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8472114125	
CAPÍTULO 6	71
MOBILIDADE URBANA: PROCESSO DE INTEGRAÇÃO ENTRE OS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO RIO CUIABÁ (RMVRC)	
Maristene Amaral Matos Cornélio Silvano Vilarinho Neto	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8472114126	
CAPÍTULO 7	82
OCUPAÇÃO URBANA DO LITORAL SUL DE SANTA CATARINA: O AVANÇO SOBRE O SÍTIO ARQUEOLÓGICO SAMBAQUI GAROPABA DO SUL	
Carolina Porto Luiz Geovan Martins Guimarães Bruna Cataneo Zamparetti José Gustavo Santos da Silva Juliano Bitencourt Campos	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8472114127	

CAPÍTULO 8	95
UMA GEOGRAFIA HISTÓRICA URBANA/REGIONAL DA PROVÍNCIA FLUMINENSE	
Valter Luiz de Macedo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8472114128	
CAPÍTULO 9	109
VIOLÊNCIA URBANA E TRÂNSITO. ANÁLISE ESPACIAL DOS ACIDENTES DE TRÂNSITO NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA, ES	
Liziane de Oliveira Jorge	
Giovanna Souza Piassi	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8472114129	
CAPÍTULO 10	123
ZONIFICACIÓN Y ORDENAMIENTO TURÍSTICO DEL CANTÓN ZAMORA- ECUADOR	
María Gabriela Suasnavas-Rodríguez	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.84721141210	
CAPÍTULO 11	135
CONFLITOS AGRÁRIOS, VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE: BRAVOS CAMPONESES E A LUTA PELA(O) TERRA/TERRITÓRIO EM BALSAS NO MARANHÃO – BRASIL	
Vanderson Viana Rodrigues	
Eliezer Henrique da Silva Sousa	
Ademir Terra	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.84721141211	
CAPÍTULO 12	149
MEDIDAS PARA LA REDUCCIÓN DE LA VULNERABILIDAD DEL ACUEDUCTO RURAL DE POTOSÍ, PARROQUIA LA FLORIDA, MUNICIPIO CÁRDENAS, ESTADO TÁCHIRA, VENEZUELA	
Carmelina González Ramírez	
Betty Judith Ramírez Chaparro	
Sandra Yusbeth Bustillos Leal	
Karena Rodríguez Acero	
Cleomary Oliveros Oliveros	
Daniela Rey Romero	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.84721141212	
CAPÍTULO 13	164
FRONTEIRAS RACIAIS E GENOCÍDIO DAS COMUNIDADES NEGRAS COVID-19	
Elinton Fabio Romão	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.84721141213	
CAPÍTULO 14	176
ALIMENTAÇÃO, PATRIMÔNIO CULTURAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	
Vandrezza Amante Gabriel	
Marilda Rosa Galvão Checcucci Gonçalves da Silva	

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.84721141214>

CAPÍTULO 15..... 187

INVESTIGAÇÃO DA CORRELAÇÃO ENTRE OS DADOS DO ENA (ENERGIA NATURAL AFLUENTE) PARA A PRODUÇÃO DE ENERGIA BRASILEIRA ATRAVÉS DA ANÁLISE MULTIVARIADA, COMO FATOR RELEVANTE DE ANÁLISE DA CRISE HÍDRICA

Débora Gaspar Soares

Glenda Rafaela de Sousa Quirino

Juliana da Fonseca Meira

Mariana Torres Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.84721141215>

SOBRE O ORGANIZADOR..... 199

ÍNDICE REMISSIVO..... 200

UMA GEOGRAFIA HISTÓRICA URBANA/REGIONAL DA PROVÍNCIA FLUMINENSE

Data de aceite: 01/12/2021

Data de submissão: 04/09/2021

Valter Luiz de Macedo

Universidade do Estado do Rio de Janeiro,
Instituto de Geografia
Rio de Janeiro/RJ
<http://lattes.cnpq.br/3953886082603773>

RESUMO: O texto analisa a formação territorial fluminense no período imperial brasileiro através de uma leitura geográfica que incorpora também a dimensão temporal em seus estudos por compreender que toda forma social é produto historicamente construído em um espaço e que este, a cada momento, denota processos de diferentes tempos. Assim, o texto observa como algumas frações do território fluminense configuraram espaços diferenciados no contexto político, econômico e social da província em um momento em que um projeto nacional imperial buscava efetivação. A premissa aqui é a de que tal projeto tinha marcante base territorial e considerava vilas e cidades, espaços urbanos, como mecanismo articulador de esferas regionais. É, neste sentido, que o texto associa os conceitos de cidade e região em uma leitura geohistórica possível do atual estado do Rio de Janeiro.

PALAVRAS-CHAVE: Província fluminense, cidade e região, geografia histórica.

AN URBAN/REGIONAL HISTORICAL GEOGRAPHY OF PROVINCE OF RIO DE JANEIRO

ABSTRACT: The text analyzes the territorial formation of the province of Rio de Janeiro in the Brazilian imperial period through a geographic reading that also incorporates the temporal dimension in its studies as it understands that every social form is a product historically constructed in a space and that this space denotes processes of different times, at each moment. Thus, the text observes how some fractions of the Rio de Janeiro territory configured different spaces in the political, economic and social context of the province at a time when an imperial national project was being implemented. The premise here is that this project had an important territorial base and considered the urban spaces as mechanism for articulating regional spheres. In this sense, the text associates the concepts of city and region in a possible geohistorical reading of the current state of Rio de Janeiro.

KEYWORDS: Rio de Janeiro province, city and region, historical geography.

1 | INTRODUÇÃO

O período imperial brasileiro marcou o surgimento de um projeto de Nação que, realizado pelas elites políticas e econômicas, mantinha as características estruturais da sociedade colonial a exemplo da centralização do poder, da forte desigualdade de classes, da manutenção de privilégios e, sobretudo, da escravidão. Tal período deve ser visto

como um momento em que se forja uma unidade nacional através da formação de uma hierarquia brasileira de valores e pela nobilitação dos senhores rurais agrupados em torno do Imperador. Este arranjo sociopolítico, sobretudo observado no Segundo Reinado, determinou uma ordem imperial marcada por um Estado conservador que via no território o elemento de coesão das elites e, no mote ideológico de “construção da nação”, a retórica para a manutenção do controle social nas formas até então consagradas.

A manutenção efetiva da unidade territorial do império pressupunha o seu efetivo controle, sobretudo, em se tratando de uma imensa extensão física ocupada de forma descontínua ao longo do tempo. Para além das atividades de ordem econômica assentada na produção agrícola, a gerência do espaço interno e o controle de suas relações e fluxos nos moldes pretendidos passaram a ser uma questão essencial para a própria manutenção de um poder centralizado como o foi o monárquico no Brasil. É, nestes termos, que nosso trabalho sinaliza para uma política imperial voltada para o fortalecimento da unidade territorial através da instituição de vilas e cidades como base levada à prática quando da configuração adotada pelo emergente espaço nacional.

Investigamos, portanto, o uso político das cidades (ou assentamentos urbanos de natureza e magnitude distintas) que passam a ser tomadas como centros do exercício de tais funções (no plano administrativo e de controle) e como nós na rede de comunicações e transportes que havia de ser montada nos padrões estabelecidos pelo nível técnico disponível na época pelo império brasileiro. Falamos aqui de uma rede de assentamentos urbanos com funções específicas (repetimos: rede incipiente, é bem verdade, mas integradoras uma vez que possibilitavam as comunicações pretendidas naquele momento) como forma de regulação e controle sobre uma dada região e de um projeto nacional visto como ações territoriais nestas escalas geográficas em essência.

Pensamos que a província fluminense, entorno imediato da capital imperial, demanda estudos sobre a relação cidade e região no contexto da política territorial do Império brasileiro. Dados dão conta de que a área do atual Estado do Rio de Janeiro, que até o fim do período colonial contava com 15 núcleos urbanos, registrava na década de 1890 um total de 48, além de uma série de “fixos” instalados em seus distintos centros urbanos que vão se constituir em “centralidades” no território que se apropriava. Tais números precisam ser investigados. E investigados de maneira a considerar as especificidades do estudo sobre o espaço em tempos pretéritos.

2 | O TEMPO NOS ESTUDOS GEOGRÁFICOS

Buscando alinhar-se aos debates mais recentes no campo da Geografia Histórica, este texto reforça a premissa de que uma análise de fato geográfica dos espaços incorpora necessariamente uma dimensão também temporal visto que toda forma social é produto historicamente construído em um espaço e que este, a cada momento, denota processos

de diferentes expressões de tempo. Para Santos (2004, p. 159), “a simultaneidade das diversas temporalidades sobre um pedaço da crosta da Terra é o que constitui o domínio propriamente dito da Geografia”. Por isto, a necessidade de se considerar as relações entre espaço e tempo no âmbito da Geografia, na análise dos espaços geográficos.

Neste sentido, e na linha do que indicou Abreu (2014), pontuamos que, ao se estudar o espaço no tempo pretérito, é importante adequar para o entendimento do passado as variáveis que operacionalizam as categorias de análise da Geografia (estas sim universais), contextualizando os processos estudados através tanto da análise do que se produziu sobre eles (nos recortes temporal e espacial adotados) quanto da investigação necessária às fontes primárias de informação (entendendo-as sempre como fragmentos da realidade e como narrativas de poder).

Tais pontos configuram, portanto, a busca por um “enquadramento espaçotemporal” sugerido pelo referido autor para os estudos do espaço no tempo para que tal quadro referencial possa ser efetivamente analisado à luz dos conceitos e variáveis trazidos como adequados à pesquisa geográfica pretendida (SILVA, 2012). Em outras palavras, não é apenas a recuperação das formas morfológicas e dos “fixos” (SANTOS, 2004) construídos no espaço que deve basear tal pesquisa. Para além da sua dimensão material, o que deve iluminar os estudos (mesmo diante das dificuldades inerentes) é a compreensão do que o referido autor chamou de “dimensão dos comportamentos obrigatórios” que são, em última análise, as formas jurídicas e sociais vigentes numa dada sociedade e em um dado tempo.

Neste caminho a ser seguido por pesquisas históricas em Geografia, de imbricação da materialidade do espaço com os processos em distintas escalas temporais, há de se destacar o papel instrumentalizador das técnicas humanas (desiguais no tempo e entre distintas sociedades, inclusive, em um mesmo momento histórico) como necessidade colocada para tais estudos.

Está na base da Geografia como ciência renovada e crítica a consideração de que é através do uso das técnicas que a relação entre homem e meio se estabelece. E isto independe do tempo analisado, variando sobremaneira em sua complexidade. Assim, é correto formular a premissa de que as técnicas (desde as mais simples) são os meios através dos quais os homens historicamente estabelecem seus processos e formas de vida, estabelecem meios de subsistência ou de produção econômica avançada, estabelecem formas específicas de produção do espaço em última análise. E este caráter é fundamental para os estudos de geografia histórica uma vez que “as técnicas, de um lado, dão-nos a possibilidade de empiricização do tempo e, de outro lado, a possibilidade de uma qualificação precisa da materialidade sobre a qual as sociedades humanas trabalham” (SANTOS, 2004, p. 54).

É este o caminho que adotamos na pesquisa: uma tentativa de “empiricização” do tempo através do levantamento dos “fixos” construídos no espaço em momento pretérito (documentados em fontes primárias e secundárias de informação) como possibilidade de

sistematização e compreensão de características, discursos e ideias vigentes no recorte temporal tomado como objeto de pesquisa.

No contexto que efetivava a ideia de construir a nação como ocupação do solo, investigamos se os núcleos urbanos (ou alguns) constituídos no território denotavam fins regionais, buscando perceber os marcos administrativos e/ou de serviços que conferiam “centralidade” a alguns núcleos urbanos na província fluminense: comarcas, distritos eleitorais, freguesias, mercados, sedes policiais, tribunais, escolas/liceus, hospitais, fluxos, etc..

Junto ao desafio de levantamento destas formas materiais do/no espaço, interessamos ainda a compreensão sobre determinados aspectos do contexto social e discursivo da época para discutirmos o que tornava, naquele tempo e de fato, um núcleo urbano central (se assim o podemos dizer), importante em um dado recorte territorial, elencando elementos fundamentais para o estudo sobre a gênese do território fluminense a partir do entendimento de um arranjo espacial decorrente de um plano regional de urbanização.

3 | REDE URBANA NO TEMPO PASSADO

Observar teoricamente a constituição das cidades brasileiras em tempos pretéritos não é tarefa elementar. O arcabouço conceitual sobre o tema e sobre a área do conhecimento humano em que ele está inserido apenas se institucionaliza a partir do final do século XIX. Lembremos, por exemplo, que na tradição geográfica são numerosos os estudos sobre hierarquia e natureza das redes urbanas. No entanto, tais questões foram colocadas apenas a partir do início do século passado e mesmo diante de distintas e importantes contribuições para o debate, a questão dos conceitos a serem considerados na análise das formações urbanas do passado continua posta.

No contexto de uma ex-colônia que se torna Império quando o mundo, liderado por forças econômicas provenientes do continente europeu, caminha para a afirmação e expansão do capitalismo em sua fase industrial, tomamos a cidade como um ponto do espaço geográfico que, considerada expressão de controle sobre um território conquistado e símbolo de poder, avança na apropriação dos excedentes agrícolas, canalizando e controlando a produção rural rumo à sua exportação. Mais: se seguirmos Corrêa (2006) e utilizarmos o termo “rede urbana” como o conjunto de núcleos urbanos funcionalmente articulados entre si ou a um núcleo principal através de acessos materializados no território, poderemos falar em uma “divisão territorial do trabalho” que enfatiza o papel da rede urbana através das funções de suas cidades. Na rede, cada cidade assume papel específico e sua existência será inviabilizada quando este papel, por algum motivo, não puder mais ser desempenhado ou deixar de ser necessário.

Essencial para nosso estudo é perceber, nos moldes definidos pelo autor em tela, que as cidades no Brasil configuraram desde o início um modelo espacial mais simples de

rede urbana geralmente orientada pela rede fluvial existente e caracterizada pela primazia de única cidade e sua hinterlândia. Assim, para Corrêa (2006), há de se constatar que tanto mediações e fluxos pouco complexos neste modelo de rede acabam por beneficiar a cidade principal em detrimento de outras quanto o fato de que a herança deixada no espaço pela forma dendrítica original da rede urbana no Brasil não desapareceu totalmente com o padrão mais complexo que o processo evolutivo da organização espacial da rede urbana brasileira viria a tomar.

Tais considerações reforçam nosso objetivo de estudos. Em nosso olhar sobre o Brasil do passado, um caminho metodológico que nos parece oportuno relaciona cidade e região através dos circuitos ou redes “dendríticas” entre os núcleos que emergiam, mostrando como dada cidade espelhou a região em que estava inserida e, por outro lado, como determinadas regiões refletiram a ação dos atores hegemônicos urbanos a elas associados.

Quando se pensou em um projeto nacional para o Brasil, as redes criadas desempenharam papel primordial na unidade territorial e na articulação do Império ao circuito econômico que se mundializava. Através de sua função de intermediação, podemos olhar as redes urbanas regionais como parte da divisão internacional do trabalho visto que, no contexto das sociedades modernas, a rede urbana foi a forma espacial adotada para a criação, apropriação e circulação do excedente ou, em outras palavras, para a viabilização dos ciclos de exploração da economia capitalista (*ibidem*).

Na escala regional, há de se observar que muitas cidades não tardaram em funcionar como local de consumo da renda fundiária, uma vez que pelo fato dos proprietários rurais nela residirem, parcela importante do valor excedente produzido no campo era transferida para o ambiente urbano. Exatamente, neste ponto, reforçamos a importância de estudos em geografia histórica que analisem a estruturação do território a partir das redes estabelecidas em diferentes tempos como expressão da drenagem da renda fundiária no Brasil, estudo este que necessariamente põe lado a lado a ação do Estado e das oligarquias rurais com a configuração espacial resultante e condicionante de tais relações.

Sabemos que a constituição de uma rede urbana brasileira ocorreu de forma muito lenta nos seus primeiros séculos, ao ritmo da exploração do vasto território e caracterizada por baixas densidades. Apenas no XIX, esta dinâmica sofre alterações significativas. Assim, tomamos o território fluminense e sua sociedade nobiliárquica e estratificada como realidade para nossos estudos sobre a estruturação de um território a partir de relações estabelecidas através dos sistemas de transportes implantados e da natureza dos núcleos urbanos que surgem no contexto da política territorial do Império brasileiro.

4 | IMPÉRIO BRASILEIRO: UNIDADE E CONTROLE DO TERRITÓRIO

A apropriação do ideário de nação moderna pelas elites políticas e econômicas

brasileiras no período imperial consubstancia uma percepção de país associado apenas ao seu território e tal retórica contextualiza as práticas de base territorial também no caso da província fluminense. Moraes (2005, 97), a esse respeito, sentencia que “ali onde a história pouco fornece para a elaboração de uma identidade regional, os argumentos de índole geográfica vão possibilitar a elaboração de discursos legitimadores onde o país é visto como um espaço, e mais, um espaço a ser conquistado e ocupado”. Ressalta-se a importância das ideias e das ações políticas e, no caso brasileiro, a ideia de “imaginação” é central como ferramenta explicativa da construção ideológica e material da nação no que diz respeito, sobretudo, às concepções de patriotismo e ao estabelecimento das fronteiras do Império. Parece-nos que tal ideia confirma a expressão “comunidade imaginada” de Anderson (1989).

Quanto à fundação imaginária e simbólica da nacionalidade brasileira, lembremos que “para realizar tal tarefa, o poder político precisa construir um semióforo fundamental, aquele que será o lugar e o guardião dos semióforos públicos. Esse semióforo-matriz é a nação” (CHAUÍ, 2000, p. 14). Neste sentido, ressaltamos que o poder político utiliza a ideia de nação para produzir uma unidade pretendida, inclusive, para a sociedade a ser integrada por valores que emanariam, por exemplo, da escola, do patrimônio histórico e artístico a ser construído, como os monumentos celebratórios previamente pensados. Afinal, semióforo é imagem e representação e, como fica evidente nas palavras da autora, o poder político aparece como agente principal na sua produção e reprodução. A questão dos mitos neste processo também merece ser observada e, neste sentido, devemos pensar a construção da nação brasileira como um processo de escolha de narrativas e de mitos a serem contadas como organizadores da nossa história.

De tal forma, constatamos o papel central do Estado na construção da narrativa da nação brasileira e confirmamos a assertiva de Hobsbawm (1990) na qual “as nações não fazem Estados e nacionalismo, mas o contrário”. A esse respeito, Graham (1997), ao observar a questão dos Estados-nacionais na América Latina, reafirma que “a nação não teria existido sem o Estado, que o moldou através dos séculos XIX e XX” e ainda repete que o mesmo ocorreu no subcontinente como um todo. No caso da centralização no Brasil promovida pelo Estado, registramos que este “estará ao ponto de esfacelar-se nos dias que imediatamente antecedem e sucedem à proclamação da Independência. Daí por diante irá fazer-se passo lento de sorte que só em meados do século pode dizer-se consumado” (HOLANDA, 1962, p. 16).

A despeito dos movimentos separatistas e revolucionários no Império, foi notória a união dos interesses dos senhores de terras e da economia ao poder central e, para a compreensão deste fato, vale registrar o argumento trazido por Mattos (1994). O autor se concentra no período de meados da década de 1830 até o início da década de 1860 e postula um bloco de fazendeiros de café recentemente enriquecidos, da região do Rio de Janeiro, liderados por um pequeno grupo de políticos/estadistas ativos, ou saídos daquele

bloco ou ligados a ele por laços de casamento, esforçando-se com sucesso para absorver líderes de outras regiões, formando uma classe única. Esta classe senhorial abraçou uma ideologia da ordem desenvolvida e defendida por advogados, juízes, jornalistas, professores, médicos, empresários, políticos e burocratas, “intelectuais orgânicos” no dizer de Gramsci). Através do processo de formação de uma classe poderosa que dominava todo o Brasil, prossegue o autor, emergiu um forte Estado centralizado. Interesses materiais e econômicos forjaram um Estado centralizado e a unidade nacional pretendida.

Seguindo Moraes (2005), lembremos que, nos países de formação colonial, a dimensão espacial adquire considerável importância na explicação de suas dinâmicas históricas, pois a colonização é um processo em si que relaciona sociedade e espaço. Assim, destacamos que a questão da unidade territorial, necessidade da nação como “semióforo”, sugere que argumentos de índole geográfica possibilitam discursos legitimadores do Brasil como espaço a ser conquistado. E um outro aspecto fundamental aqui é o que nos mostra que o padrão discursivo básico do século XIX estruturou-se em torno do conceito de “civilização” e da empreitada monárquica que se imbuíu de uma missão civilizadora. Neste contexto, os núcleos urbanos foram espaço dos semióforos desejados ao tempo em que também eram pontos de conexão para articulação regional e do Império como um todo.

Martins (2005) revela como um outro viés, o jurídico-institucional, nos ajuda a entender a monarquia constitucional brasileira a partir de um longo processo de organização de uma autoridade central no qual a instituição do Conselho de Estado desempenhou papel fundamental. Este Conselho, estudado pela autora, foi responsável pela montagem da estrutura jurídico-administrativa que fortaleceu as bases do Estado Imperial, constituindo-se em espaço de negociações, acomodação dos conflitos e conciliação de interesses das elites. Para ela, a compreensão das ações e do comportamento das elites imperiais brasileiras (sem que fossem um todo uno nem um grupo isolado) pode ser alcançada através da análise da dinâmica desta instituição e da identificação de suas redes de sociabilidade e parentesco que eram mantidas a cada momento. Os membros do Conselho de Estado integravam diferentes grupos que se perpetuavam e se constituíam desde o século anterior baseados em grupos familiares tradicionais e alianças clientelistas. Gravitando, em torno dos cargos mais importantes, a elite brasileira tornava o Estado a sua própria razão de ser. E, nesta lógica, a população, de uma forma geral, foi pensada apenas como instrumento do processo e não como o próprio objetivo da nação.

Falta-nos ver o rebatimento no território fluminense de tais processos, apontando os núcleos urbanos como espaços preferenciais para manifestação e reprodução dos semióforos pretendidos e como nós articuladores de redes.

5 | DINÂMICAS URBANO-REGIONAIS NA PROVÍNCIA FLUMINENSE

Temos enfatizado que a unidade de controle territorial alvejada pelo poder central

era, em essência, a região. E esta era atingida, de fato, através das cidades e redes para que, subjugadas, tais porções maiores do espaço viessem a configurar território imperial. Cabe aqui elencar algumas medidas de ordenamento territorial vigentes na província (a exemplo das freguesias e comarcas) e as principais dinâmicas econômicas desenvolvidas no território fluminense no período imperial (notadamente as questões do café e do açúcar), bem como a importância dos caminhos para “fluidez” no território e, sobremaneira, a instituição das grandes propriedades de terra. Começemos pela questão dos “fundos territoriais” (MORAES, 2005) que congregaram elites e impuseram dinâmicas espaciais importantes.

A partir de 1823, com a proibição legal de novas sesmarias e a transformação das capitanias em províncias, abre-se um hiato na atividade legislativa sobre as terras no Brasil que se prolonga até a Lei de Terras de 1850. Neste intervalo, observou-se uma progressiva ocupação do solo sem qualquer título e mediante a simples tomada da posse, por vezes através da força e refletindo a forte presença dos senhores na sociedade da época.

A este momento, uma das grandes discussões entre a elite imperial era a escolha dos critérios que definiriam a repartição dos territórios de maneira a contemplar os poderes do Estado, da Igreja e entes econômicos, salvaguardando a fala dos interesses nacionais. Em termos administrativos, o grande território foi dividido, como dissemos, em províncias e a este tempo também foi legitimada a divisão dos territórios em freguesias, atendendo às estruturas eclesiásticas de poder que vinham do período colonial, em comarcas, unidades de controle jurídico, e em distritos, para fins eleitorais.

De tradição colonial no Brasil, as freguesias passaram a se configurar como uma unidade elementar da partilha e da administração pública, sendo dotada de autoridade militar e policial e de relativa autonomia jurídica. Cada uma recebia nome de um santo católico e seu poder se via pela influência ideológica da Igreja e, economicamente, pela produção agrícola, pastoril e de serviços, além do acúmulo de propriedades imobiliárias dos grandes senhores de terra sob sua jurisdição. Se no início do século XIX existiam pelo menos 46 freguesias instaladas na província do Rio de Janeiro, Chrysóstomo (2006) nos mostra que este total chegara a 81 no ano de 1849 e a 119 em 1870.

Tal expansão nos mostra a necessidade de especialização das medidas de administração territorial e, neste sentido, é importante lembrar a Lei de Terras de 1850. Através dela, legitimava-se a aquisição pela posse no Brasil, mas esta apenas teria validade, isolando-se do domínio público, se levada ao Registro do Vigário, livro de notas da paróquia ou freguesia em que a terra estava localizada. Entre outros pontos, cabia, ao pároco das freguesias a indicação das terras que passariam a ser consideradas privadas e aquelas chamadas de devolutas ou do patrimônio das províncias, vindo daí o caráter obrigatório do registro e a importância administrativa das freguesias.

Quanto às comarcas, é sabido que foram instituídas pelo Código de Processo Criminal de 16 de dezembro de 1832, que extinguiu os Juízes Ordinários e estabeleceu

para cada uma delas um Juiz Municipal, um Promotor Público, um Conselho de Jurados, um Escrivão das Execuções e demais oficiais. E, segundo o CIDE (1988), se ainda no início de século XIX na província fluminense existiam apenas 6 comarcas (Rio de Janeiro, Ilha Grande, Paraíba Nova, Cantagalo, Cabo Frio e Campos dos Goytacases), este número passou para 9 em 1835 (em meio a um novo arranjo territorial com novas denominações como Resende, Vassouras, Angra dos Reis, Município Neutro, Niterói e Itaboraí) e para 13 em 1866 (quando se criam novas comarcas como as de São João Príncipe, Magé e Estrela), denotando subdivisões sucessivas do território que, pelo crescimento em importância, deveria ser administrado de forma mais próxima. Para Fridman (2005), “esse aumento do número de comarcas pode ser interpretado como uma preocupação por parte do Governo Provincial com a gestão política, judiciária, fiscal e militar do território fluminense, isto é, com uma divisão regional atrelada ao surto urbano.”

Neste contexto, eram os municípios mais importantes que funcionariam como “cabeça de comarca” e teriam sua influência mais uma vez confirmada sobre determinadas regiões da província. Com a criação de novas comarcas e elevação do status de diferentes núcleos urbanos, já eram 25 as comarcas instaladas na província no ano de 1885 (CHRYSÓSTOMO, 2006). Além da Corte, destacavam-se as de Campos dos Goytacazes e de Vassouras.

Importante observar que municípios se destacavam neste território em expansão visto que assumiram funções de primazia na rede urbana que se estruturava, inclusive no processo de ocupação do interior. No caso do Vale do rio Paraíba do Sul, vemos que sua ocupação se deu pela “empresa povoadora” controlada direta e indiretamente pelo Estado, que visava a conquista do solo. Com objetivos similares, e partindo da cidade do Rio de Janeiro ou chegando até ela, importantes caminhos desenhavam as comunicações estabelecidas até então, seja em traçado “direto” rumo às minas (via núcleos como Petrópolis e Três Rios) ou “circulares” como os que atingiam São Paulo ou que exploravam o baixo curso do rio Paraíba do Sul, na atual região norte do Estado.

Fridman (1999) indica a importância de tais caminhos no estabelecimento de comunicações e fluxos de mercadorias entre diversas localidades, enfatizando que eles foram abertos por particulares por cláusula nas cartas de sesmarias e, em muitos casos, aproveitavam o traçado derivado de antigas vias de circulação indígena. Ressaltou também que, por estes caminhos, surgiram aglomerados, pontos de feiras periódicas, vilas, cidades, sítios, fazendas, além de outras estradas tributárias, e que a prática de abertura de novas vias de circulação se intensificou com a atividade cafeeira.

Observamos que um comércio de gêneros alimentícios e de animais que, originário das Minas Gerais se articulava com o Rio de Janeiro, originou um setor de subsistência mercantil também responsável pela ocupação do interior fluminense. Os recursos e os caminhos das tropas tiveram destaque na expansão da economia cafeeira e de seus valores sociais. Por estas vias de penetração, fornecia-se à capital considerável parte dos

gêneros agrícolas que consumia, circulavam informações e estabeleciam-se engenhos produtores de açúcar e as primeiras fazendas de café. A articulação entre produção e comércio, viabilizada pelo crescente número de caminhos propiciou inclusive a formação de núcleos de povoamento, como já dito.

Desta forma, podemos entender que, desde os primórdios da ocupação e exploração do território fluminense, as atividades realizadas encontravam como eixo principal as estradas coloniais, tendência que persistiu durante o século XIX quando as grandes fazendas cafeicultoras (no Vale do Paraíba), o dinamismo açucareiro (na “região” de Campos dos Goytacazes) passaram a desempenhar papel de referência no “mapa das interações possíveis”, ostentando a riqueza que sustentou o Império. Na contrapartida, áreas da província como o litoral sul (Angra dos Reis e Parati) viveu momento de decadência e isolamento com a abertura das novas dinâmicas econômicas e seus correspondentes eixos espaciais. Como já havíamos apontado, ocorreu com esta porção sul da província o caso em que a importância de uma cidade em uma dada rede tornar-se inviabilizada quando seu papel, por um motivo qualquer, não pode mais ser desempenhado ou deixa de ser necessário.

Sobre estas questões, ressaltamos a articulação de um capital fundiário brasileiro e um capital produtivo internacional para a construção de ferrovias que viriam agilizar a produção e consolidar uma infraestrutura de transportes. O ponto a ser considerado é aquele que marca um processo de integração entre distintas regiões, entre produção e comércio, potencializado pelo advento das ferrovias, mas não iniciado através delas. As vias de circulação e de comunicação, mesmo que mais lentas, já estavam delineadas como testemunho da lógica social, política e econômica em vigor no território em tempos pretéritos. No entanto, e o caso fluminense nos mostra, a “rede” pensada e estabelecida não fugia de sua definição teórica e afirmava seu caráter seletivo do espaço tornado território.

Fridman (2005) enfatiza a ocupação territorial de caráter planejado na região fluminense conhecida por “sertão d’oeste”, que teve sua expansão no período associada ao café e que compreendia as localidades de Resende, Paraíba do Sul, Piraí, Paty do Alferes, Sacra Família do Tinguá, Vassouras, Mendes e Miguel Pereira. Para ela, tal planejamento, consubstanciado em um projeto de colonização, está reportado também à fundação de comarcas que compuseram a hinterlândia da cidade do Rio de Janeiro. E, nestes termos, propõe uma volta ao tema urbanização articulado ao projeto de colonização.

Após lembrar a “onda” colonizadora desta parte do território fluminense pela chamada “civilização do café”, com nítido plano regional de urbanização que avançava a interiorização já pensada desde metade do século XVIII ainda por Portugal, a autora enfatiza que “durante o século XIX alterações territoriais ocorreram através da política oficial de povoamento vinculada a interesses particulares da exploração agrícola” (FRIDMAN, 2005). E complementa com precisão tais características do processo que marcamos aqui quando se refere ao Vale do Paraíba fluminense como representativo da “expansão da fronteira

agrícola através dos latifúndios, da violência dos brancos contra os escravos negros e nativos, da fundação de colônias de parcerias e da criação de freguesias, vilas e comarcas como polos de poder político” (*ibidem*).

Destacamos ainda que, neste contexto de afirmação cafeeira, os eixos dinâmicos da economia fluminense (e nacional) partiam da cidade do Rio de Janeiro e se dirigiam para Resende (no sertão d’Oeste), para São Gonçalo (no sertão do leste) e para Cantagalo, nas serras do centro-norte da província. Ao longo dos caminhos, a expansão da fronteira agrícola dinamizava economias regionais, fazendo expandir os contingentes urbanos e suas atividades.

É basilar destacar ainda que a marca da espontaneidade dos lugares, em muitos casos, cede vez para uma ação cada vez mais intencional. Fala-se agora em um aparato burocrático que alia companhias de colonização e grandes proprietários fundiários de forma que novos pontos do território vão se constituir em centros de administração da vida econômica e social. Este surto urbano no território trouxe mudanças significativas como a valorização do solo e a sua concentração, a expulsão dos posseiros das terras e a transformação de significativa parte deste contingente em agregados das grandes fazendas de café e a criação de vilas ou elevação de pequenos núcleos urbanos a esta categoria. São exemplos ocorridos no período imperial: Valença (1823), Mangaratiba (1831), São Sebastião de Barra Mansa (1832), Vassouras (1833), Paraíba do Sul (1833) e Sant’ Anna do Pirai (1837).

Este dinamismo também se refletia no aumento da população urbana na região e o exemplo de Vassouras é ilustrativo: 20.589 habitantes em 1840 (sendo 14.333 escravos) e mais de 35.000 em 1850 (20.158 escravos). E o aumento populacional condicionava uma maior complexidade na vida econômica e social através, por exemplo, da vinda de diferentes artífices, portugueses, imigrantes e mascates para estes novos territórios. Além do mais, estes espaços, sobretudo os núcleos que assumiam papel de liderança nesta nova rede regional, passaram a receber os próprios senhores de terra que, ampliando suas atividades econômicas (eram ainda financistas e banqueiros) e seus horizontes culturais com os modismos modernos e “civilizados” passaram a optar por estabelecerem residência em palacetes citadinos.

Outra dinâmica regional importante no período em tela e já mencionada faz referência à opulência do norte fluminense capitaneada pela cidade de Campos dos Goytacases, significativa área produtora de açúcar e gêneros diversos voltados para o abastecimento interno da Província. Chrysóstomo (2006) discute a produção da rede urbana na província no contexto de afirmação da política centralizadora do Império, identificando o papel assumido pela antiga cidade no comando político, econômico e social da região. A autora assume o pressuposto de que este núcleo se constituiu em espaço privilegiado de legitimação do poder estatal e, nesse sentido, a política administrativa do Estado também pode ser entendida como uma política de ordenamento territorial nos espaços urbanos.

Por fim, ressaltamos que tais dinâmicas de base urbano-regionais aqui trazidas envolviam grupos de poder localizados em diferentes espaços da província e impunham uma dinâmica territorial que confirmará a instalação dos semióforos da nação nos termos aqui também apresentados. Tais dinâmicas foram responsáveis pela instalação de diversos aparatos administrativos de controle político e de veiculação de ideias (tais como escolas, cadeias, distritos eleitorais, mercados, sedes policiais, tribunais, hospitais, postos de fiscalização de rendas) que efetivamente asseguraram o controle do território por parte dos “nobres” do império. Controle este exercido a partir do alcance regional (possível via “fixos” e “fluxos” como ressaltamos) dos instrumentos políticos e ideológicos a serviço do projeto engendrado de nação e que se localizavam preferencialmente nos espaços urbanos.

Todas estas questões, que ressaltam das análises do “enquadramento espaçotemporal” adotado no texto, evidenciam, a nosso ver, a importância dos conceitos de cidade e de região para o estudo do espaço fluminense no tempo pretérito e apontam para a necessária continuidade de pesquisas centradas na relação Estado, oligarquias rurais e configuração espacial em tempos outros.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dinâmicas territoriais que evocam as escalas geográficas do urbano e do regional foram aqui elencadas e observadas em conjunto para percebermos o processo mais amplo de controle da província fluminense, considerando as especificidades dos estudos sobre o espaço em tempos pretéritos. Buscamos analisar ações “planejadoras” do território e observamos tal questão de modo a trilhar uma geografia histórica do atual estado do Rio de Janeiro. E o fizemos buscando contextualizar nossos objetos de pesquisa (materialidades espaciais, ideias e ordens) em um cenário maior do país e as determinações geográficas de sua formação enquanto nação pretendida.

No caso da província fluminense, observamos a constituição de um poder administrativo como garantia de disseminação dos interesses de determinados grupos que, por sua vez, expressaram tentativas de ordenação do território e da sociedade. Aliado aos outros mecanismos de dinâmica do território trazidos no texto (como abertura de caminhos, aparatos de ensino, de fiscalização de receitas e limites jurisdicionais), o texto ressaltou a subjugação de recortes regionais a determinadas dinâmicas urbanas por natureza.

Reafirmamos que, no território fluminense, os distintos níveis de acessibilidade em diferentes regiões denotavam um embrionário processo de divisão espacial do trabalho que indicava: 1) na escala da província, a existência de um comércio interno e de um incipiente processo de urbanização; e 2) em escalas maiores, a confirmação do uso seletivo de espaços articulados à expansão do capitalismo europeu e a confirmação do papel do Brasil como ofertador de matérias-primas na divisão internacional do trabalho que se consubstanciava. Novamente na escala provincial, vimos que a dinâmica urbana e

a alocação das infraestruturas administrativas a seu serviço consolidaram o poder político dos agentes econômicos mais importantes relacionados às atividades agrícolas, comerciais e manufatureiras. Foram também determinantes para o fortalecimento estatal na regulação dos fluxos e na ampliação de sua rede administrativa.

O caso da província fluminense nos permite investigar sobre a configuração de uma rede (simples, é verdade) e seus nós e sobre a importância das suas cidades e vilas, seus momentos de apogeu e de declínio, em alguns casos. Tal perspectiva nos permite entender, no pretérito, algumas das causas das configurações seguintes do território analisado, chegando a nos ajudar a entender, por exemplo, a constante desarticulação estabelecida entre o interior do Estado do Rio de Janeiro e a sua região metropolitana (o que poderia, inclusive, fomentar novas e futuras frentes de pesquisa).

Por ora, marquemos que os conceitos de cidade e de região se imbricam na nossa pesquisa histórica em Geografia e que a ideia de instrumentos técnicos disponíveis a cada momento nos permite elencar materialidades constituídas pelos representantes do poder vigente em suas estratégias de controle territorial. Assim, tal caminho investigativo nos permitiu afirmar o caráter regional que as cidades detinham no contexto da província fluminense e, em última análise, do próprio Estado imperial brasileiro. Discutir cidade naquele momento era discutir região.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades. In: FRIDMAN, Fania; HAESBAERT, Rogério (orgs). **Escritos sobre espaço e história**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014, pp. 27-54.

ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo, Perseu Abramo, 2000.

CIDE (Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro). **Estado do Rio de Janeiro: Território**. 2ª ed. Rio de Janeiro: CIDE, 1998.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus. **Idéias em ordenamento, cidades em formação: a produção da rede urbana na província do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: UFRJ, IPPUR, 2006. (Tese de Doutorado em Planejamento Urbano e Regional)

FRIDMAN, Fania. **Os donos do Rio em nome do Rei**. Uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/Garamond, 1999.

FRIDMAN, Fania. As cidades e o café. VI Congresso Brasileiro de História Econômica. **Anais...** Conservatória, 04 a 07 setembro de 2005.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 1997.

HOBBSAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira**. Tomo III. São Paulo: Difel, 1962.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado 1842/1889**. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 2005. (Tese de Doutorado)

MATTOS, Ilmar R. **O tempo saquarema**. A formação do Estado Imperial. Rio de Janeiro: Access, 1994, 3ª ed.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: Técnica e tempo. Razão e Emoção. São Paulo: EdUSP, 2004. 4. ed.

SILVA, Marcelo Werner da. A Geografia e o estudo do passado: conceitos, periodizações e articulações espaçotemporais. **Terra Brasilis** (Nova Série) [Online], 1, posto online em 05/11/2012. <<http://terrabilis.revues.org/246>>

ÍNDICE REMISSIVO

A

Análise 3, 14, 15, 16, 17, 19, 22, 23, 24, 28, 29, 39, 40, 41, 42, 45, 48, 50, 62, 73, 85, 86, 90, 93, 96, 97, 98, 101, 107, 109, 112, 115, 117, 119, 121, 136, 137, 139, 140, 147, 166, 170, 172, 173, 187, 188, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198

Aprender 14, 15, 19, 20, 21, 25

Aprendizagem 16, 19, 25, 177, 184, 199

Avaliação 59, 86

B

Brasil 16, 25, 27, 28, 29, 37, 38, 39, 48, 51, 53, 54, 55, 56, 59, 60, 61, 67, 70, 74, 75, 76, 80, 81, 82, 85, 87, 92, 93, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 106, 107, 108, 111, 112, 117, 121, 135, 138, 139, 146, 147, 148, 164, 165, 166, 167, 168, 171, 172, 173, 174, 177, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 189, 190, 192, 197, 198

C

Cidadania 16, 25, 26, 27, 69, 81, 122, 146, 181

Cidade 28, 29, 30, 31, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 55, 57, 58, 65, 67, 74, 75, 77, 80, 81, 83, 95, 96, 98, 99, 103, 104, 105, 106, 107, 109, 110, 113, 118, 121, 135, 167, 169, 170, 173

Conflito 64, 110, 139, 144, 145, 146, 147

Conhecimento 3, 10, 14, 15, 16, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 90, 98, 164, 165, 179, 182, 183

Contexto 6, 12, 14, 16, 17, 22, 26, 27, 32, 38, 40, 47, 48, 51, 56, 87, 92, 95, 96, 98, 99, 101, 103, 105, 107, 115, 122, 125, 132, 177, 178, 181, 190

Cultura 1, 2, 3, 8, 12, 45, 49, 50, 51, 67, 68, 92, 93, 111, 118, 121, 135, 139, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186

D

Dados 16, 17, 19, 32, 33, 34, 40, 42, 55, 59, 61, 62, 73, 76, 82, 86, 88, 90, 96, 107, 109, 111, 115, 117, 121, 137, 139, 140, 142, 146, 164, 172, 173, 174, 181, 182, 187, 188, 191, 192, 195, 196, 197, 198

Desenvolvimento 7, 9, 11, 17, 26, 27, 32, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 54, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 78, 81, 93, 112, 115, 121, 135, 137, 138, 148, 164, 176, 177, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 190, 199

Desenvolvimento regional 64, 68, 176, 177, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186

Diversidade 7, 30, 33, 41, 67, 177, 180, 184, 190

E

Educação 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 40, 47, 51, 55, 59, 63, 66, 68, 69, 82, 92, 93, 118, 172, 174, 180, 190, 197, 199

Educação geográfica 199

Ensinar 14, 15, 19, 20, 21, 25, 26

Espaço 2, 3, 4, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 63, 64, 65, 70, 74, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 137, 138, 141, 142, 147, 167, 169, 170, 172, 173, 179, 183, 186

Espaço geográfico 15, 22, 23, 26, 29, 98

Estudo 13, 16, 22, 24, 26, 28, 29, 31, 33, 36, 39, 42, 53, 55, 64, 69, 71, 73, 79, 80, 84, 86, 96, 98, 99, 106, 108, 137, 147, 186, 187, 188, 190, 192, 196, 197

F

Fonte 2, 4, 18, 42, 43, 44, 54, 55, 57, 58, 60, 61, 77, 84, 87, 88, 89, 90, 113, 114, 116, 117, 118, 120, 140, 144, 145, 182, 189, 191

Formação 8, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 46, 58, 68, 70, 71, 73, 81, 95, 96, 101, 104, 106, 107, 108, 110, 171, 183, 184

G

Geografia 1, 2, 4, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 38, 42, 52, 53, 54, 63, 64, 70, 71, 74, 81, 95, 96, 97, 99, 106, 107, 108, 135, 137, 148, 164, 170, 199

H

Humano 7, 8, 21, 22, 59, 60, 62, 63, 65, 66, 68, 69, 98, 124, 156, 179, 189, 196

I

Indígena 1, 4, 6, 8, 9, 10, 11, 103, 172, 181

Informação 33, 65, 69, 82, 83, 86, 93, 97, 172, 197

L

Linguagem 1, 2, 10, 12, 65, 82, 94, 168, 178, 186

Lugar 1, 2, 3, 4, 5, 6, 9, 11, 12, 13, 22, 24, 39, 40, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 54, 55, 59, 60, 63, 64, 65, 73, 100, 121, 131, 139, 161, 167, 179, 183

M

Metodologia 10, 13, 17, 41, 73, 86, 115

Mobilidade urbana 42, 43, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 121, 122

Município 34, 35, 39, 40, 43, 44, 45, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65,

66, 67, 71, 82, 87, 88, 103, 109, 112, 113, 115, 121, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 142, 143, 146, 147, 169, 182

N

Natureza 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 21, 23, 24, 26, 29, 70, 75, 96, 98, 99, 106, 108, 110, 135, 177, 178, 179

Necessidade 23, 37, 47, 50, 69, 74, 76, 78, 83, 97, 101, 102, 110, 119, 137, 147, 164, 169, 170, 173, 177, 181, 183

O

Ocupação 31, 34, 35, 36, 56, 57, 58, 74, 82, 83, 85, 86, 88, 89, 90, 93, 98, 102, 103, 104, 112, 114, 138, 166, 196

Organização 6, 8, 21, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 37, 40, 45, 46, 47, 49, 50, 53, 67, 68, 69, 99, 101, 112, 147, 177, 180, 183

P

Paisagem 11, 22, 83, 84, 92, 110

Participação 54, 58, 61, 62, 64, 65, 67, 69, 91, 147, 165, 180, 197

Patrimônio 45, 50, 83, 85, 86, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 100, 102, 176, 177, 180, 181, 182, 184, 185, 186

Pesquisa 1, 2, 6, 11, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 21, 24, 25, 27, 28, 29, 33, 34, 36, 39, 40, 41, 42, 45, 49, 50, 51, 61, 62, 65, 71, 73, 80, 82, 86, 88, 90, 91, 92, 93, 97, 98, 106, 107, 112, 115, 118, 119, 121, 135, 136, 137, 138, 142, 147, 148, 174, 187, 188, 192, 199

Pessoas 6, 7, 15, 28, 29, 30, 31, 32, 35, 36, 37, 40, 41, 45, 46, 53, 54, 56, 57, 58, 65, 74, 78, 110, 111, 112, 117, 119, 143, 164, 165, 169, 170, 171, 172, 180, 184, 196

Poder 1, 26, 32, 34, 40, 41, 43, 45, 46, 49, 51, 52, 65, 66, 67, 68, 70, 74, 81, 83, 86, 87, 88, 95, 96, 97, 98, 100, 101, 102, 105, 106, 107, 111, 137, 146, 160, 166, 167, 168, 170, 171, 174, 179, 184, 186

População 29, 32, 37, 49, 51, 54, 56, 57, 58, 59, 61, 63, 64, 66, 72, 73, 74, 76, 77, 78, 80, 91, 101, 105, 112, 165, 166, 167, 168, 169, 171, 172, 174, 181, 189, 190, 197

Problema 3, 11, 34, 78, 110, 111, 113, 144, 146, 172

R

Relações 2, 3, 4, 7, 8, 15, 21, 22, 23, 24, 26, 31, 32, 34, 36, 37, 48, 51, 63, 65, 68, 78, 91, 96, 97, 99, 137, 141, 168, 170, 171, 178, 180

Rio 7, 11, 12, 27, 38, 41, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 61, 62, 69, 70, 71, 72, 76, 77, 78, 80, 81, 92, 93, 95, 96, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 119, 121, 122, 147, 169, 173, 174, 181, 182, 184, 185, 186, 187, 189, 190, 198

S

Sociedade 1, 3, 6, 8, 9, 10, 16, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 33, 37, 38, 46, 47, 63, 68, 70, 74, 95, 97, 99, 100, 101, 102, 106, 107, 111, 119, 139, 147, 148, 165, 169, 170, 172, 178, 180, 181, 182, 186, 187

Socioambientais 57, 69, 147

Socioeconômicas 111

T

Tecnologia 31, 37, 39, 41, 67, 148

Teórico 3, 26, 28, 29, 183

Território 6, 10, 11, 22, 36, 38, 53, 61, 66, 70, 73, 79, 82, 86, 88, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 121, 135, 137, 138, 144, 169, 174, 176, 177, 183, 184, 185, 186, 191, 199

Trabalho 2, 14, 16, 17, 23, 27, 28, 29, 31, 32, 34, 36, 37, 38, 40, 42, 43, 57, 67, 68, 69, 74, 96, 98, 99, 106, 109, 112, 115, 119, 121, 135, 139, 141, 164, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 176, 177, 178, 180, 185, 187, 188, 190, 191, 192, 196

Turismo 51, 82, 85, 93, 121, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 132, 133, 134, 177

U

Urbano 37, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 48, 49, 50, 51, 52, 73, 74, 76, 78, 80, 82, 85, 98, 99, 101, 103, 105, 106, 107, 109, 111, 113, 121, 127, 168, 169, 170, 173, 174, 196

V

Violência 7, 75, 105, 109, 110, 111, 117, 121, 135, 142, 146, 148, 168



 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 @atenaeditora
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

GEOGRAFIA:

Espaço, ambiente e sociedade



 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 @atenaeditora
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

GEOGRAFIA:

Espaço, ambiente e sociedade


Ano 2021